

### Estado do Rio Grande do Sul

#### CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

#### **REGIMENTO INTERNO**

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Este Regimento Interno disciplina o funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC, observado o disposto na Lei Municipal nº 2691/2023, de 19 de outubro de 2023.

### CAPÍTULO II DA NATUREZA E DA FINALIDADE

**Art. 2º** O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA (CMC), é órgão colegiado de caráter opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município.

Art. 3º O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA terá as seguintes atribuições, além de outras constantes na legislação específica:

I - formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal da Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal da

Cultura:

III - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;

IV - defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua

difusão e proteção;

V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados

da área da cultura;

VI - criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural.

VII - formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

VIII - supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo Municipal

de Cultura;

IX - promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área

cultural.

X - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC;

XI - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;



### Estado do Rio Grande do Sul

XIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área Cultural:

XIV - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura -

CMC;

XV – alterar o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura - CMC.

Parágrafo único. O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, em composição plenária, poderá delegar o acompanhamento e a fiscalização da execução das parcerias firmadas entre o Poder Público e Organizações da Sociedade Civil.

### CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º São Membros titulares do Conselho Municipal de Cultura:

I - 03 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada dos seguintes segmentos culturais de São José do Ouro:

01 (um) representante de CTG;

01 (um) representante de usuários da cultura e/ou entidades culturais do

Município;

c) 01 (um) representante do Lions Clube.

II – 03 (três) representantes do Poder Público Municipal de São José do

Ouro:

01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura,

Desporto e Lazer;

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração:

§ 1º Cada Membro titular terá um respectivo suplente, escolhido da mesma forma e na mesma época que o titular.

§ 2º Caberá ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer a presidência do Conselho até que haja eleição própria pela maioria dos votos de seus membros efetivos.

Art. 5º Cada conselheiro (a), titular e suplente, terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução tantas vezes quantas se fizerem necessárias;

Art. 6º O Conselho Municipal de Cultura terá a seguinte estrutura organizacional:

Coordenação: Presidente, Vice - Presidente e Secretário;

§ 1º O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir reuniões do plenário, convocar as reuniões e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 2º Nos casos de faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo

Vice-Presidente, e na falta desse pelo Conselheiro mais idoso.

"O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente"

### Estado do Rio Grande do Sul

§ 3º O Secretário(a) é o responsável pelo suporte administrativo necessário ao funcionamento do Conselho, bem como a emitir os pareceres, resoluções e redigir as atas de reuniões do conselho, garantindo desta forma a publicidade das decisões.

**Art.** 7º A ausência em 03 (três) reuniões ordinárias seguidas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de 01 (um) ano, sem justificativa à presidência, implicará em exoneração sumária do Conselheiro.

**Art. 8º** A participação de todos os membros integrantes no Conselho Municipal da Cultura dar-se-á em caráter gratuito, proibida a percepção de qualquer gratificação ou outra forma de remuneração, uma vez ser reconhecida como de relevante valor social.

**Art.** 9º O CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, quando convocado pelo respectivo Presidente, ou por um terço dos conselheiros, para deliberação sobre matéria específica, pautada com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

§ 1° As reuniões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA instalar-se-

ão:

- a) Em primeira convocação, com a maioria dos conselheiros efetivos e/ou os suplentes em exercício no CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA;
- b) Em segunda convocação, quinze minutos após o horário da primeira convocação, com presença de, no mínimo, metade dos Conselheiros;
- c) Em terceira convocação, trinta minutos após o horário da primeira convocação, com, no mínimo um terço dos Conselheiros;
- § 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples, sendo que, em caso de empate, o Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA decidirá:
- § 3º As convocações para as reuniões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, serão feitas por correspondência eletrônica.
- **Art. 10** Ao Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA compete, com aprovação do Plenário, solicitar a colaboração de qualquer pessoa, para informar ou emitir opinião sobre determinada matéria e participar, sem direito a voto, das discussões das Comissões ou do próprio Conselho e, ainda:
- I Exercer a direção do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA em todos os seus aspectos, observados os respectivos objetivos
- II Expedir normas e instruções necessárias ao bom andamento das atividades.
- III Fazer cumprir a legislação que rege as atividades do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA, através de Deliberações ou Resoluções específicas.
  - IV convocar e presidir as sessões do CONSELHO MUNICIPAL DA

CULTURA.

V - aprovar o calendário das Sessões Ordinárias do CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA.



### Estado do Rio Grande do Sul

VI - aprovar a pauta de cada Sessão do CONSELHO MUNICIPAL DA

CULTURA,

VII - distribuir processos e matérias afetas ao CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, aos Grupos de Trabalho que forem instituídos.

VIII - exercer o direito de voto qualificado quando houver empate nas deliberações dos integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

IX - dirigir as discussões durante as sessões do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, concedendo a palavra aos Conselheiros e coordenando os debates

X - encaminhar as deliberações do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA que impliquem em providências a serem tomadas pelo Governo Municipal.

XI -fazer executar as decisões do CONSELHO MUNICIPAL DE

CULTURA.

XII - representar o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

XIII - delegar poderes ao Vice- Presidente

XIV - determinar a publicação dos atos do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA no Diário Oficial.

**Art. 11** A Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA somente pode ser exercida por Conselheiro Titular.

Art. 12 O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos e ausências, e o sucederá em caso de vacância do cargo, completando o mandato.

Parágrafo único. Ao Vice-Presidente compete auxiliar o Presidente, no planejamento de ações, integração e coordenação geral do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, assim como exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Art. 13 À Secretaria do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, que será integrada pelo Primeiro e pelo Segundo Secretários, compete apoiar técnica e administrativamente os trabalhos do Conselho, preparando as sessões, elaborando atas, atendendo solicitação de diligências, revendo e preparando matéria de divulgação, publicação e outros encargos de natureza técnica e administrativa que lhe forem confiados pela Presidência

Art. 14 No impedimento ou na ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURAL, assumirá a Presidência o Primeiro Secretário; na ausência deste, o Segundo Secretário; e, em último caso, um dos conselheiros será eleito pelos demais para assumir temporariamente.

**Art. 15** Matéria vencida não voltará a debate, no mesmo exercício anual, salvo se forem aduzidos novos elementos, referendados por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

**Art. 16** Ao Conselheiro Suplente que não esteja no exercício da titularidade, é facultada a participação nas sessões plenárias do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, com direito a voz, mas sem direito a voto.

**Art. 17** Em qualquer ausência do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente assumirá, com direito à voz e voto.



### Estado do Rio Grande do Sul

Art. 18 O conselheiro que faltar, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, durante o ano, perderá automaticamente o mandato.

**Art. 19** As faltas dos Conselheiros deverão ser justificadas por correspondência eletrônica, e encaminhadas à Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA até a reunião subsequente a da ausência.

Art. 20 A indicação para substituição de Membros Titulares ou Suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, deverá ser apresentada na assembleia geral ordinária subsequente àquela da ausência ou renúncia do Conselheiro a ser substituído, pelo Poder Público ou pelo segmento correspondente da Sociedade Civil. Parágrafo único. O novo Conselheiro completará o mandato do Conselheiro substituído.

#### Seção I DO PLENÁRIO

Art. 21 Ao CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, em composição plenária, compete:

I - eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário e o Segundo Secretário do Conselho

II - sugerir as diretrizes das políticas culturais do Município.

III - indicar representantes para o COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA.

IV - propor e acompanhar a elaboração e a execução dos planos e programas relativos à aplicação de recursos destinados à Cultura.

V - deliberar sobre:

- a) propostas de alteração deste Regimento Interno.
- b) processos de registro e reconhecimento de entidades culturais, no CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.
- c) propostas que visem à proteção e preservação de bens materiais e imateriais, de valor histórico, bibliográfico, artístico, cultural, e paisagístico do Município de São José do Ouro.
- d) projetos encaminhados ao Conselho que visem à realização de eventos de natureza cultural e artística.
  - e) instituição de grupos de trabalho para pautas específicas.
- f) quaisquer matérias que lhe forem submetidas pelo Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

#### CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

**Art. 22** As eleições, que deverão ocorrer, no máximo, até 90 (noventa) dias antes do final de cada mandato, concretizar-se-ão mediante a apresentação de chapas completas pelos interessados, contemplando candidaturas à Presidência, Vice-Presidência, 1ª Secretaria e 2ª Secretaria.

# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de chapa única, a eleição poderá ser feita por aclamação.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA será identificado pela sigla "CMC".

**Art. 24** O Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA somente poderá ser alterado ou emendado por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 25 O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA expedirá instruções normativas quanto a respectiva comunicação institucional, a criação de grupos de trabalho, a solicitação de subsídios técnicos, a participação da Sociedade Civil, o processo de registro e reconhecimento de entidades culturais, e o que mais se fizer necessário.

**Art. 26** Os casos omissos neste Regimento serão discutidos e decididos em assembleias do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 27 Este Regimento Interno entrará em vigor na data da respectiva publicação.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO E LAZER SÃO JOSÉ DO OURO, 30 DE AGOSTO DE 20024

NILSE TONELLO,

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Nilse Tonello Presidente Noeli Gallina

Secretário(a)